



Estado do Rio Grande do Sul  
**CÂMARA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES**  
Palácio 11 de Outubro

Câmara Municipal de  
Bento Gonçalves

RECEBIDO EM:

14.10.2017

ÀS 08:32 Horas

Ass.:

PARECER nº 165/2017

Processo nº 164/2017

O Senhor Presidente encaminha para exame e parecer desta Assessoria Jurídica, o Projeto de Lei nº 130/2017, de iniciativa do Poder Legislativo Municipal, de autoria do Vereador EDUARDO VIRISSIMO (PP) e do Vereador GUSTAVO SPEROTTO (DEM), que **ESTABELECE CRITÉRIOS PARA A ESTERILIZAÇÃO DE CÃES E GATOS NO MUNICÍPIO DE BENTO GONÇALVES.**

O presente Projeto de Lei, visa estabelecer critérios para a esterilização de cães e gatos no Município de Bento Gonçalves, com a destinação coerente e justa dos recursos direcionados pelo Poder Executivo às cirurgias de castrações.

Justificam o Projeto, que conforme notícia divulgada no site da Prefeitura Municipal, no dia 13 de março de 2017, o Município destinou R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) para a realização de cirurgias de castrações de cães e gatos pelo setor de Vigilância Ambiental neste ano. Repasses de recursos públicos para o mesmo propósito também ocorreram em anos anteriores, com o intuito de promover o controle populacional dos animais.

Aduzem também, que a solicitação de castração pode ser feita por qualquer cidadão, e não há custos do procedimento ao requisitante. Muitos munícipes de baixa renda, contudo, acabam não sendo beneficiados, em virtude da grande demanda e da falta de um critério que possa beneficiá-los sobre aqueles com maiores condições de recorrer a um procedimento particular.

Seguem dizendo, que em virtude disso, as comunidades de maior vulnerabilidade social sofrem com a reprodução desenfreada dos animais. Já as ONGs, associações, protetores e cuidadores, recorrentemente mobilizam-se, sem medir esforços, para o resgate de animais de rua, porém, acabam órfãos de assistência do Município, pela carência de políticas públicas voltadas à causa animal. Organizam eventos, pedágios solidários, rifas e outras ações com o intuito de levantar recursos para realizar as castrações e evitar a reprodução, mas, normalmente, não chegam aos recursos suficientes para o equilíbrio necessário.

**Preliminarmente**, a matéria encontra-se inserida nas competências legislativas conferidas aos Municípios, conforme dispõe a legislação Federal, Estadual e Municipal, que abaixo segue:



Estado do Rio Grande do Sul  
**CÂMARA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES**  
Palácio 11 de Outubro

Constituição Federal:

Art. 30. *Compete aos Municípios:*

*I - legislar sobre assuntos de interesse local;*

Constituição Estadual:

Art. 13. **É competência do Município**, além da prevista na Constituição Federal e ressalvada a do Estado:

***I - exercer o poder de polícia administrativa nas matérias de interesse local, tais como proteção à saúde, aí incluídas a vigilância e a fiscalização sanitárias, e proteção ao meio-ambiente, ao sossego, à higiene e à funcionalidade, bem como dispor sobre as penalidades por infração às leis e regulamentos locais;***

Lei Orgânica Municipal:

Art. 6º - *Compete ao Município, no exercício de sua autonomia:*

*I - **organizar-se administrativamente**, observadas as legislações federal e estadual;*

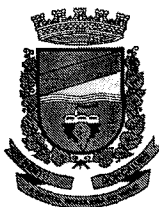
*II - decretar suas leis, expedir decretos e atos relativos aos assuntos de seu peculiar interesse;*  
**(grifou-se)**

Estabelecida a competência legiferante do Município, determinados aspectos de ordem técnica podem afetar a regular tramitação do projeto de lei. Todas as leis (sejam municipais, estaduais ou federais) devem obedecer a algumas regras, que viabilizem, do ponto de vista formal, a sua tramitação, sendo **um dos aspectos que deve ser considerado quando da elaboração de uma lei é o que diz respeito à iniciativa.**

Sobre este aspecto, José Afonso da Silva (Manual do Vereador. São Paulo, Malheiros, 1997, p. 107), ensina o seguinte:

*“... A iniciativa legislativa é o ato pelo qual se dá início ao processo legislativo, mediante apresentação de projetos de lei, de decreto legislativo ou de resolução, conforme se queira regular a matéria dependente de um desses atos.*

*Portanto, a iniciativa é a fase que deflagra o processo legislativo e o seu exercício depende fundamentalmente de delegação legislativa. Assim, a iniciativa pode ser vinculada, privativa ou concorrente.*



Estado do Rio Grande do Sul  
**CÂMARA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES**  
Palácio 11 de Outubro

Nesse contexto, é pertinente verificar, nos termos da Lei Orgânica Municipal, qual agente detém a competência para estes atos que se relacionam à organização e funcionamento da Administração e dos serviços públicos locais, senão vejamos:

*Art. 38 - São da iniciativa privativa do Prefeito as leis que:*

*(...)*

*IV - **criem** ou suprimam órgãos ou **serviços do Executivo.***

*Art. 57. Compete privativamente ao Prefeito:*

*(...)*

*VI - **dispor sobre a organização e o funcionamento da administração municipal, na forma da lei;***

*(...)*

*X - **planejar e promover a execução dos serviços públicos municipais;***  
***(grifamos)***

Portanto, leis de iniciativa exclusiva do Prefeito são aquelas em que só a ele cabe o envio do projeto à Câmara Municipal. Nessa categoria estão as que disponham sobre a criação, estruturação, atribuições e a administração das Secretarias, Órgãos e entidades da Administração Pública Municipal.  
**(Grifo nosso)**

E **ainda**, esclare-se que na competência constitucionalmente delegada aos Municípios, o exercício das prerrogativas por cada agente público, **se dá mediante os limites da independência e harmonia entre os poderes**, consoante legislações dispostas:

Na Constituição Federal:

*Art. 2º - São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.*

Na Constituição do Estado do Rio Grande do Sul:

*Art. 10 - São Poderes do Município, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, exercido pela Câmara Municipal, e o Executivo, exercido pelo Prefeito.*

Na Lei Orgânica do Município de Bento Gonçalves:

*Art. 2º - São poderes do Município, **independentes e harmônicos entre si, o Legislativo e o Executivo.***

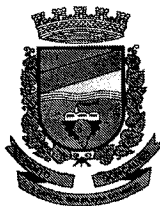


**§ 1º - É vedada a delegação de atribuições entre os poderes.**

**§ 2º - O cidadão investido na função de um deles não pode exercer a de outro.**  
**(grifamos)**

Por oportuno, também, que em matéria semelhante à ora analisada, a jurisprudência do **Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul**, orienta-se no seguinte sentido, a exemplo da ementa a seguir transcrita, aplicável no que couber ao caso em análise:

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI Nº 4.037, DE 08 DE MAIO DE 2013, DO MUNICÍPIO DE VIAMÃO, QUE **AUTORIZA A CRIAÇÃO DE CADASTRO DE ONGS E PESSOAS QUE CUIDAM DE CÃES E GATOS ABANDONADOS, PARA FORNECIMENTO DE RECURSOS**, A FIM DE AUXILIAR NOS GASTOS COM ESTES ANIMAIS, BEM COMO DISPOR PARA ADOÇÃO. **VÍCIO DE ORIGEM. MATÉRIA DE INICIATIVA PRIVATIVA DO PREFEITO. AUMENTO DE DESPESA. VÍCIO MATERIAL. VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DOS PODERES. OFENSA AOS ARTS. 5º, 8º, 10, 60, II, "D", 82, VII, 149, I, II E III, E 154, I, DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL.** A Lei nº 4.037/2013, do Município de Viamão, ao instituir cadastro e apoio financeiro **a pessoas que cuidam, em lugar particular, de cães e gatos abandonados, destinando recursos municipais a essas pessoas**, bem como determinando que os animais e os estabelecimentos cadastrados sejam acompanhados pela fiscalização municipal, imiscuiu-se na organização e funcionamento da Administração. **O que inquina de inconstitucionalidade a norma é exatamente o vício de iniciativa**, considerando que a competência legislativa para regular tal matéria é do Chefe do Executivo. **Há, pois, ingerência do Poder Legislativo em matéria de competência exclusiva do Poder Executivo Municipal, violando o princípio constitucional da independência e harmonia dos Poderes**, em ofensa ao disposto nos artigos 5º, 8º, 10, 60, II, "d", e 82, VII, da Constituição Estadual. Para dar atendimento ao estabelecido na Lei Municipal nº 4.037/2013, haverá aumento de despesas, sem a devida previsão orçamentária, o que afronta os arts. 149, I, II e III, e 154, I, da Carta Estadual, incorrendo em inconstitucionalidade material. **AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE JULGADA PROCEDENTE. UNÂNIME.** (Ação Direta de Inconstitucionalidade Nº 70055118343, Tribunal Pleno, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Francisco José Moesch, Julgado em 09/12/2013)  
**(grifou-se)**




Estado do Rio Grande do Sul  
**CÂMARA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES**  
Palácio 11 de Outubro

Desta feita, considerando os aspectos acima, esta Assessoria entende que, do ponto de vista jurídico, o presente Projeto de Lei, que **ESTABELECE CRITÉRIOS PARA A ESTERILIZAÇÃO DE CÃES E GATOS NO MUNICÍPIO DE BENTO GONÇALVES**, por apresentar “vício de iniciativa”, e a “inconstitucionalidade” da tentativa de um Poder se impor sobre o outro, contrariando o princípio da independência e harmonia entre os Poderes, **NÃO POSSUI CONDIÇÕES REGULARES DE TRAMITAÇÃO E VOTAÇÃO.**

*s. m. j., é o parecer.*

PALÁCIO 11 DE OUTUBRO, aos onze dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezessete.

  
**Adv. Dr. Jaime Zandonai - OAB/RS 38.659**  
**Procurador Jurídico**

  
**Adv. Dr. Kleber Ben - OAB/RS 64.438**  
**Coordenador do Departamento Jurídico**